



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

20/09/2016



INDICE

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
1.1. PRESIDÊNCIA.....	1
1.2. VARA CRIMINAL.....	2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. PRESIDÊNCIA.....	3
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. COMARCAS.....	4
4. JORNAL O QUARTO PODER	
4.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	5 - 6
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	7
5.2. AÇÕES CORREGEDORIA.....	8
5.3. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	9
5.4. COMARCAS.....	10
5.5. EVENTOS.....	11
5.6. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	12
5.7. PRESIDÊNCIA.....	13

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Rede Amiga da Mulher discute medidas com TJMA

Mulheres representantes de órgãos que fazem parte da Rede Amiga da Mulher estiveram reunidas com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, na manhã de segunda-feira (19), para tratar de assuntos relacionados à Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís, e as medidas que serão necessárias com a mudança para a Casa da Mulher Brasileira, que deve ser inaugurada ainda este ano e vai reunir os serviços ligados ao atendimento da mulher em situação de violência.

Participaram do encontro a presidente da Coordenadoria da Mulher do TJMA, desembargadora Ângela Salazar; as juízas Samira Heluy (respondendo pela Vara da Mulher) e Ro-

sária de Fátima Duarte (auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça); a delegada da Mulher, Kazumi Tanaka; a promotora de Justiça Selma Martins; a diretora do Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência, Simone Souza; a coordenadora Municipal da Mulher, Vania Albuquerque; e a representante da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social, Vanessa Natália da Silva.

Entre outros assuntos, foi discutida a necessidade de manutenção da estrutura de pessoal da Vara da Mulher com a mudança de local, especialmente em relação aos oficiais de justiça que trabalham no cumprimento das medidas em favor das mulheres vítimas de violência. O grupo frisou a melhoria nos serviços da vara,

que passou a contar com a atuação de duas juízas – Samira Heluy e Suely Feitosa.

O desembargador Cleones Cunha informou que a mudança da Vara para a Casa da Mulher Brasileira trará benefícios para as vítimas, uma vez que todos os serviços estarão reunidos no local. Ele afirmou que todas as medidas serão tomadas da forma que garanta o melhor atendimento às vítimas e que permita eficiência no serviço.

Há ainda a pretensão de instalar a 2ª Vara da Mulher de São Luís - dependendo das limitações orçamentárias para nomeação de pessoal -, quando os serviços de atendimento e tramitação processual poderão ser melhor organizados, de acordo com os dados da unidade.

MATÕES

Réu é condenado por tentativa de homicídio

Em sessão do Tribunal do Júri da Comarca de Matões, município localizado a 462km de São Luís, realizada em 5 de setembro, o réu Raimundo Nonato Pereira, vulgo “Bola de Fogo”, foi condenado a 5 anos, 5 meses e 11 dias de reclusão,

em regime aberto, pela tentativa de homicídio de Washington Luís Damasceno Brito, cometida em 30 de junho de 2014.

O crime ocorreu em frente à casa do réu, no povoado Centro do Maruí, na zona rural de

Matões, durante a entrega de uma intimação. Em resistência à ação policial, Raimundo Pereira disparou uma espingarda, atingindo a coxa esquerda da vítima, que conduzia a viatura.

A tese do Ministério Público foi defendida pela promo-

tora de justiça Patrícia Gomes Costa Ferreira. Atuaram no julgamento, ainda, os advogados Eliezer Colaço Araújo e Cleiton Macedo Santos.

Proferiu a sentença o juiz Marco Aurélio Veloso de Oliveira Silva.

Rede Amiga da Mulher discute

Mulheres representantes de órgãos que fazem parte da Rede Amiga da Mulher estiveram reunidas com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, na manhã de ontem, para tratar de assuntos relacionados à Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís.

Mantida condenação de prefeito por irregularidade em concurso



Ribamar Pinheiro

Desembargador Kléber Carvalho, relator

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça manteve condenação por improbidade administrativa do prefeito de Santa Filomena do Maranhão, Francisco Assis Barboza de Sousa, ao pagamento de multa civil no valor de R\$ 201.528,00, atualizada monetariamente, bem como a 1% a título de multa sobre o valor

atribuído à causa por litigância de má fé. Ele foi condenado pelo juízo da Comarca de Tuntum, em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual (MPMA).

O MPMA ajuizou a ação requerendo a responsabilização do prefeito, nos termos da Lei de Improbidade, por descumprimento da decisão judi-

cial que determinou a nomeação dos candidatos aprovados em concurso público realizado pela prefeitura de Santa Filomena, mesmo ultrapassados 161 dias do trânsito em julgado e fixada multa por dia de atraso.

O prefeito recorreu pedindo a reforma da decisão, alegando cerceamento de defesa porque o juiz de base não teria oferecido o direito ao contraditório e ampla defesa; que não teria se omitido intencionalmente de cumprir a decisão judicial, pois não possuía conhecimento sobre o trânsito em julgado; e que faltaram provas de ter agido com vontade livre e consciente de causar resultado ilícito.

O desembargador Kléber Carvalho (relator) não acatou a tese de cerceamento de defesa, frisando que o princípio do contraditório não serve

como mera alegação, cabendo à parte juntar elementos que atestem motivo plausível para sua conduta.

Kléber Carvalho justificou que o descumprimento de decisão judicial é passível de configuração como ato de improbidade administrativa, já que trata de comportamento que afronta os princípios da administração pública, notadamente o da legalidade, pois o gestor descumpre a lei ao descumprir a determinação judicial.

“Não se exige a presença de intenção específica para caracterizar o ato como ímprobo nem, tampouco, a demonstração de dano ao erário ou enriquecimento ilícito do administrador, pois o dispositivo legal protege os princípios que regem a administração pública”, destacou. Processo: 28757/2016. (Asscom TJMA)

Corregedoria entrega títulos de regularização imobiliária a moradores da Santa Efigênia

Moradores da Santa Efigênia, em São Luís, receberam nesse domingo (18) os títulos de regularização imobiliária de seus imóveis durante cerimônia realizada no Clube das Mães do bairro. **Página 7**

Corregedoria entrega títulos de regularização imobiliária a moradores da Santa Efigênia



Moradores da Santa Efigênia, em São Luís, receberam nesse domingo (18) os títulos de regularização imobiliária de seus imóveis durante cerimônia realizada no Clube das Mães do bairro. Os juízes da 1ª e 5ª varas da Fazenda Pública, Luzia Madeiro Neponucena e João Francisco Rocha, acompanhados de representantes da Associação de Moradores do Bairro Santa Efigênia e líderes comunitários da área, conduziram a entrega dos títulos, cumprindo determinação da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

Os moradores lotaram a associação em busca de um direito que demorou 25 anos para se concretizar. Durante a cerimônia, juíza Luzia Neponucena informou aos mo-

radadores que os títulos de regularização são fruto de uma parceria realizada entre Estado do Maranhão e a Corregedoria Geral da Justiça, através de provimento assinado em 2015. "Cada um dos senhores e senhoras, a partir de hoje, estão adquirindo a regularização definitiva dos seus imóveis, ou seja, não estamos fazendo regularização fundiária, mas a regularização imobiliária, porque cada beneficiário já tem um documento de cessão de uso do Estado e todos vão receber seus registros de propriedade", ressaltou a magistrada.

Maria Domingas Mendonça Costa (66 anos), moradora da Santa Efigênia há 25 anos, foi uma das centenas de moradores a receber o tí-

tulo de propriedade do imóvel onde mora. "Para mim é um momento de felicidade, pois agora tenho a certeza que a casa onde moro é verdadeiramente minha", comentou emocionada.

Segundo Luzia Neponucena, o trabalho de regularização da área, objeto de provimento da Corregedoria da Justiça, é realizado com a parceria da comunidade através de uma comissão criada para encaminhar os moradores ao 2º Cartório de Registro de Imóveis da capital, que analisa os processos e expede as certidões de inteiro teor. "Ao longo deste ano, sob gestão da corregedora Anildes Cruz, já entregamos registros de propriedade na Santa Clara, nas Vilas Janaína, Riód, duas vezes na José Reinaldo, Recanto dos Pássaros, e a partir do dia 7 de outubro entregaremos cerca de 600 títulos de propriedades na Vila Luizão, Divinéia, Sol e Mar, entre outros", informou Luzia Neponucena.

Urubatan da Costa Nunes, representante comunitário e membro da Comissão de Regularização Imobiliária, relatou que na ocupação do conjunto da Cidade Operária e adjacências, ocorrida em 1987, mais de trinta mil pes-

soas tinham inscrições da antiga Companhia de Habitação Popular (COHAB), mas que o sorteio não ocorreu de maneira correta, de modo a contemplar a mesma pessoa duas vezes. "Com isso, as pessoas invadiram as áreas remanescentes, que inclui Santa Efigênia, Santa Clara, Riód, Janaína, Apaco e outras, e somente após cinco anos os moradores receberam do Estado a cessão de uso, mas só agora vão receber a titularização definitiva de suas moradias", relatou Urubatan Nunes.

O juiz João Francisco Rocha ressaltou a importância do momento para os moradores que há muito aguardavam seus títulos de propriedade. "Parcela significativa da população sofre com o descaso estatal na regularização imobiliária de áreas como esta, mas o Poder Judiciário tem feito seu papel na resolução desses problemas que tem contribuído para a dignidade dos moradores", ressaltou o magistrado. João Francisco também elogiou a colega, juíza Luzia Neponucena, pelo esforço e doação à causa. "Me integro a vocês, uma vez que na ausência da colega responderei por esse trabalho", finalizou o juiz.

Alô do Pêta

- E aquele magistrado aposentado continua interdito pela 'cara-metade' e internado na Clínica La Ravardière, como se louco fosse mesmo!!! Pior é que os amigos dele tentam falar com a 'dita-cuja' e ela não atende as ligações!!!

- Moradores da Santa Efigênia, em São Luís, receberam no domingo (18) os títulos de regularização imobiliária de seus imóveis durante cerimônia realizada no Clube das Mães do bairro.
- Os juízes da 1ª e 5ª varas da Fazenda Pública, Luzia Madeiro Neponucena e João Francisco Rocha, acompanhados de representantes da Associação de Moradores do Bairro Santa Efigênia e líderes comunitários da área, conduziram a entrega dos títulos, cumprindo determinação da CGJ-MA.
- Os moradores lotaram a associação em busca de um direito que demorou 25 anos para se concretizar. Durante a cerimônia, a juíza Luzia Neponucena informou aos moradores que os títulos de regularização são fruto de uma parceria realizada entre Estado do Maranhão e a CGJ.



“Temos que ter convicção que a sociedade se compõe de instituições formais e não formais; e que essas instituições não formalizadas precisam ser coparticipes na resolução de conflitos, sob a égide de não poder realizar nada. Nós estamos chamando a sociedade para que se una a esses projetos, na certeza que temos de que sozinhos não podemos solucionar tudo”, considerou o desembargador José Luiz Almeida, presidente do Núcleo e do Comitê Gestor da XI Semana Nacional de Conciliação do TJMA

“Denunciar é Proteger” em Balsas

No dia 16 de setembro de 2016, na Escola Padre Fábio Bertagnolli, no Povoado Batavo, ocorreu o encerramento do Projeto “Denunciar é Proteger”, campanha de enfrentamento ao abuso sexual infantojuvenil promovida pela 3ª Vara da comarca de Balsas. Desde 2014, o projeto reúne professores da rede pública de ensino das zonas urbana e rural de Balsas e dos termos de Fortaleza dos Nogueiras e Nova Colinas. O evento reuniu professores da região e contou com a presença da rede de atendimento e proteção a crianças e adolescentes.

Quem aconteceu

Proposta pelo desembargador José Bernardo Rodrigues, a Moção de Aplauso à jornalista maranhense e pós-doutora pela Escola de Comunicação e



Artes (ECA) da USP, **Rosane da Silva Borges** (foto), foi aprovada por unanimidade pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão, em 31 de agosto de 2016. O reconhecimento foi motivado pelo “brilhantismo e sucesso”, segundo o desembargador, em que a maranhense proferiu palestra a magistrados e outros profissionais no 22º Seminário de Ciências Criminais, realizado em Brasília (DF). Ela falou em painel cujo tema foi “Mídia e Criminalização”.

Plantão do Fórum de São Luís nesta semana

De ontem (19) até domingo (25), respondem pelos plantões cível e criminal do Fórum Des. Sarney Costa os juízes João Francisco Gonçalves Rocha e Suely de Oliveira Santos Feitosa. Contato com as equipes: (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal). O plantão judiciário funciona para atendimento dos casos considerados de natureza urgente. Ocorre no período noturno de segunda a sexta-feira e durante 24 horas nos sábados, domingos e feriados. Auxiliam os magistrados durante o plantão as secretárias judiciais

Monique Sales Coelho Gomes (5ª Vara da Fazenda Pública) e Karolina Marinho e Silva (7ª Vara Criminal). Óbito – no plantão noturno (das 18h às 8h) para registro de óbito, neste mês de setembro, está o Cartório da 4ª Zona (Cohab/Anil), de segunda a sexta-feira, para os casos de urgência. No plantão de 24h, no sábado e domingo (24 e 25/09), quem responderá são os cartórios da 1ª Zona (Centro) e 2ª Zona (Centro), respectivamente. A equipe plantonista dos cartórios atende pelo telefone (98) 98112-2794.

Rede Amiga da Mulher e TJMA discutem ações

Divulgação



Mulheres representantes de órgãos que fazem parte da Rede Amiga da Mulher estiveram reunidas com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, na manhã desta segunda-feira (19), para tratar de assuntos relacionados à Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís, e as medidas que serão necessárias com a mudança para a Casa da Mulher Brasileira, que deve ser inaugurada ainda este ano e vai reunir os serviços ligados ao atendimento da mulher em situação de violência.

Entre outros assuntos, foi discutida a necessidade de manutenção da estrutura de pessoal da Vara da Mulher com a mudança de local, especialmente em relação aos oficiais de justiça que trabalham no cumprimento das medidas em favor das mulheres vítimas

de violência. O grupo frisou a melhoria nos serviços da vara, que passou a contar com a atuação de duas juízas – Samira Heluy e Suely Feitosa.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, informou que a mudança da Vara para a Casa da Mulher Brasileira trará benefícios para as vítimas, uma vez que todos os serviços estarão reunidos no local. Ele afirmou que todas as medidas serão tomadas da forma que garanta o melhor atendimento às vítimas e que permita eficiência no serviço. Há ainda a pretensão de instalar a 2ª Vara da Mulher de São Luís – dependendo das limitações orçamentárias para nomeação de pessoal -, quando os serviços de atendimento e tramitação processual poderão ser melhor organizados, de acordo com os dados da unidade.